

# **A JUSTIÇA SOCIAL NA COMUNIDADE CATÓLICA: DOM FERNANDO E O IMPACTO DO CONCÍLIO VATICANO II**

Orlandino Gonçalves Neto

PUC Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

[filosorlandino@gmail.com](mailto:filosorlandino@gmail.com)

## Resumo

A Igreja Católica definiu-se a si mesma como “comunidade”, sendo que essa concepção está ligada ao surgimento da sua Doutrina Social, fruto do Concílio Vaticano II (62-65). Tal posição trouxe um novo olhar para a questão da justiça humana. Nosso trabalho busca entender a relação entre justiça e direitos humanos e como estas categorias se complementam. Considerando a religião como um movimento social, queremos saber quais os agentes não foram contemplados no projeto social da Igreja e quais foram beneficiados. Para conclusão dessa reflexão, retomaremos a participação da Arquidiocese de Goiânia no projeto de Reforma Agrária articulado durante a década de sessenta. O contexto histórico favoreceu a busca por mudanças teológicas, políticas e sociais, particularmente o evento do Vaticano II e sua abertura para o serviço aos mais pobres.

## Abstract

The Catholic Church defined itself as “Community”, as this conception is connected to its Social Doctrine, because of the Vatican II Council (62-65). This brought a new vision to the human justice. Our work aims to understand the relation between justice and human rights and how these categories complement themselves. Considering religion as a social movement, we want to know who the agents who were not favored in the church social project and the ones who were not. As a conclusion, we will resume the participation of Goiânia archdiocese in the agrarian reform articulated in the sixties. The historical context propitiated the search for theological, political and social changes, particularly the event of Vatican II its the opening to the poorest service.

A Igreja Católica definiu-se a si mesma como “comunidade”. Segundo Duarte, (1996), essa concepção está ligada ao surgimento da sua Doutrina Social. Em Goiás, D. Fernando define a Arquidiocese Goianiense como “Comunidade da Caridade”, que possui o foco no “outro”. Para Gestel (1956), a justiça passou a ser entendida como a vontade de dar a cada um o que lhe é devido. Assim, a doutrina social trouxe um novo olhar para a questão da justiça humana.

Os documentos da Igreja pós-concílio Vaticano II trazem uma marca pastoral, buscam uma teologia prática e menos doutrinal em favor do rebanho católico. Embora não somos ingênuos em acreditar que todo projeto social da Igreja será traduzido em ações palpáveis pelo mundo, mas neles foram retomadas questões relevantes como o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e o neocolonialismo. Até mesmo a velha discussão da teologia da libertação que somente estava presente nos debates europeus ganhou um ânimo novo na América Latina. Aqui se percebe que os direitos fundamentais do homem começam a fazer parte da vida religiosa.

*A Declaração dos Direitos do Homem que é fruto da Revolução Francesa* (século XVIII), portanto, herdeira do iluminismo, nunca agradou a Igreja, longe disso, ela os viu como uma invasão do secular ao divino. Mas era impossível se manter de fora dessa nova busca por igualdade e justiça. Aqui levantando uma questão filosófica, o bem social produzido pelas instituições, mesmo sem uma intenção, pura e verdadeira, causa transformações, embora o objetivo central seja apenas um acerto convencional.

De acordo com Caldeira (2015), a abertura da Igreja para a temática dos direitos humanos tem no Papa João XXIII (1963) seu grande sustentador, ou seja, seria uma medida do espírito do Concílio Vaticano II.

Qual a relação entre Justiça e direitos humanos? Com estas categorias se complementam? Como se deu o envolvimento da Arquidiocese de Goiânia na questão dos direitos humanos? A defesa dos direitos humanos foi a defesa dos direitos de quais categorias sociais? Que implicações o compromisso com os direitos humanos trouxe para a Arquidiocese? Como o compromisso com os direitos humanos se efetivou no dia-a-dia da Arquidiocese de Goiânia? Qual a relação entre os direitos humanos e as lutas populares em torno de abertura política, questões salariais, moradia etc? Utilizando uma linguagem pós-colonialista, queremos saber quais os agentes não foram contemplados no projeto social da Igreja Católica.

Após o anúncio do Concílio Vaticano II, D. Fernando convoca os bispos do Estado de Goiás para deixar de lado as diferenças e buscar o essencial, que consistia em recolocar a sociedade em bases humanas e cristãs. Seria uma retomada da fé autêntica e da caridade cristã, porém em sua ótica, não se poderá alcançar esse ideal deixando em segundo plano a justiça social. Aqui cabe uma exemplificação desse modelo de cristianismo proposto por D. Fernando, foi criada a Frente Agrária, fundada para elevar a classe rural. Ainda dentro dessa visão futurista, a Arquidiocese sob sua nova liderança dinamizou o Departamento de Ação Social também com o objetivo de dar suporte aos operários urbanos, principalmente o da capital.

Antes mesmo de sua participação no Concílio Ecumênico Vaticano II, já havia no coração e na mente de D. Fernando uma preocupação com a questão social, fato comprovado em uma entrevista concedida ao Jornal Diário da Tarde em 24/10/1961, da qual procuraremos resumir suas principais concepções e visões das inquietações da vida humana. Sobre a questão da política e economia – D. Fernando apontou a péssima situação econômica pela qual passava o país, em parte, isso se devia à situação geral do mundo, porém, a crise é agravada grandemente por nossa política interna, o autor se refere à conturbada renúncia do Presidente da República Jânio Quadros.

Questionado sobre o posicionamento da Igreja de Goiás acerca da conjuntura nacional, D. Fernando aponta que o Estado sofre os reflexos do contexto nacional, procurando atuar simultaneamente sob dois aspectos: na elevação do nível cultural do povo goiano, particularmente do homem do campo; e no sentido social. Nesse segundo aspecto, a Igreja se esforça pela educação de base da população.

Ainda questionado sobre o plano de ação da Igreja Goiana em relação à assistência social, o bispo esclarece que assistência social seria apenas uma postura paternalista em favor dos mais pobres, contra essa postura equivocada, a Igreja se dedica mais a “ação social”, no despertar dos valores da Comunidade. A Igreja deve orientar os fiéis no sentido de uma valorização humanística, educando o homem com a colaboração do poder público para superação de suas deficiências intelectuais e morais para ter condição de ocupar o seu lugar na sociedade.

Diante do debate mundial da influência e pertinência do socialismo, o jornal levanta a possibilidade da existência de um socialismo cristão. Embora seja um agente de transformação social, o líder da Igreja goiana, revela seu ponto mais frágil em seu

embate social, é evidente que D. Fernando seguiu na íntegra a orientação do Vaticano de não envolvimento com a questão partidária socialista. Fica claro que qualquer demonstração de apoio à esquerda implicaria perdas e danos irreparáveis para o futuro e manutenção da Igreja no país.

A dificuldade dessa resposta está exatamente na expressão “socialismo cristão”, para ele, o termo “socialismo” seria um sistema econômico de base materialista, contrário ao sistema social que a “MATER ET MAGISTRA”, chama de “socialização objetiva”. A Igreja, portanto, não pode admitir que um católico, seja adepto do socialismo. Ainda dentro dessa temática, a Igreja havia se definido contra ao reatamento Brasil e URSS (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1962). No caso das relações diplomáticas, entendia D. Fernando que, infelizmente, a Rússia não soube corresponder às inspirações cristãs que animam toda a história da humanidade, pois, estamos diante de um país autoritário que pretende dominar o mundo, assim sendo, sem prejuízo ao respeito que devemos manter com o povo russo (eminentemente religioso), não podemos ter nenhuma relação diplomática com um governo que procura destruir todos os direitos fundamentais do homem.

Por fim, o bispo foi questionado sobre o entrosamento entre a Igreja com o atual governo brasileiro. A igreja sempre está pronta a colaborar com o poder público, em favor do bem comum, qualquer que seja o regime ou forma de governo. Contudo, recusa-se resolutamente por direito e por dever servir a qualquer partido político e curvar-se às suas exigências. Em consequência dessa postura tornou-se indiferente às formas de governos. Entre os diversos regimes políticos ela aprova todos quantos respeitem os bons costumes e a fé cristã. As restrições da Igreja, quando as tem de fazer, referem-se à defesa e garantia dos pontos fundamentais de sua Doutrina. Quanto ao atual governo brasileiro, a atitude da Igreja Católica tem sido a mesma que manteve com os governos anteriores, sem atrelar-se ao carro do governamental e sem prejuízo de sua liberdade de ação no campo que lhe é específico, oferecendo, com elevação e espírito público, toda a colaboração que puder prestar aos poderes constituídos da União.

Após esclarecer a percepção da Arquidiocese de Goiânia em relação às questões sócio-políticas na pessoa do seu líder, procuraremos caminhar na percepção do contexto

nacional, ou seja, será analisado o documento enviado pelo Papa à 5ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em abril de 1962 no Rio de Janeiro.

Nessa referida conferência da CNBB é lida uma carta encaminhada pelo papa revelando seu interesse pela América Latina, contudo alerta para o perigo da influência da Revolução Cubana, alerta que transcrevo literalmente: “Parecendo nascida sob o signo de grandes esperanças, acabou por atirar os cidadãos nas duras malhas do marxismo materialista e impiedoso” (p. 165). É evidente que o grande debate do contexto era a influência do socialismo no mundo e sua proposta de transformação social.

Nesse contexto de várias possibilidades teóricas, dos desafios estruturais globais é produzido um documento pela CNBB para orientar os seus líderes, mas também o povo em relação a sua postura moral, espiritual e política. O documento recomenda a valorização do catecismo, destacando a necessidade de atingir todas as classes sociais com suas particularidades, nesse caso, as classes mais pobres que não eram ouvidas com muita nitidez pela Igreja. É notória a busca por uma parcela que deveria ser incorporada nas fileiras da ação Católica. Mas o que nos chama atenção foi o apelo aos governantes brasileiros, para que busquem enfrentar os problemas sociais e econômicos do povo com intensidade e verdade. E ao terminar suas recomendações, o documento recomenda que Doutrina Social seja ensinada dentro e fora da Igreja, para que ninguém se deixe enganar por falsas doutrinas (comunismo) e reproduzam os inimigos da Igreja que ela não se importa com as necessidades sociais.

Com base na *MATER ET MAGISTRA*, do Papa João XXIII, foi alicerçada a Frente Agrária Goiana, onde D. Fernando declara a necessidade social de intervenção do Estado na ordem econômica com a finalidade de promover a produção de bens materiais, promovendo assim, a cidadania, sobretudo dos mais fracos, como os operários, as mulheres e as crianças. Não se pode negociar, ou seja, renunciar aos direitos inalienáveis como o direito à vida, à propriedade e integridade física, esses devem ser mantidos pelo Estado.

A CNBB por meio do documento (Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) alertava aos eleitores a grande responsabilidade que teriam, pois o próximo pleito (07/10/62) conduziria as reformas Agrária, Tributária, Econômica e Eleitoral, basta lembrar que continuamos esperando as

mesmas reformas. A Igreja relata que o clamor da classe operária se faz ouvir em todos os seus templos espalhados por todo o território brasileiro. Fica evidente, a sua indignação com a decadência moral do povo brasileiro, mas seu pior inimigo, teórico e prático seria o comunismo ateu. Daí surge o apelo para todos os Poderes da República no sentido de corresponder à esperança do povo brasileiro, para evitar a busca por uma “nova” via política (comunismo), assegurando a estabilidade da ordem social. Quando utilizamos o termo ‘todos os poderes’, nos referimos a aliança com a direita e com os militares, para tal afirmação, basta lembrar que as passagens aéreas dos bispos brasileiros para o Concílio foram pagas pelo governo brasileiro. Retornando aos conceitos pós-coloniais, fica evidente o silêncio e ainda pior, a aliança entre as instituições.

Para buscar dar voz aos agentes que sempre são excluídos dos debates históricos, muito por um equívoco na análise historiográfica, outros por opção dos cientistas sociais, aqui utilizaremos a pesquisa de Prado (2014), que busca denunciar o silêncio das mulheres em Goiás na década de 60, justamente para fazer o contraponto à visão religiosa que acabamos de apresentar.

Para dar início as suas reflexões, Prado recorre a Certeau (2009), que percebe no agente histórico uma (re) invenção, (re) criação e (re) significação na busca pela saída de sua opressão.

Fica clara a necessidade de se questionar a memória estabelecida pelos dominantes, problematizar o silêncio e preencher os vazios historiográficos. Para se fazer uma história que inclua os excluídos e oprimidos, precisamos mudar o exercício do pensar histórico, mudar a forma de percepção dos dados e fontes, ou seja, muito mais que apenas ouvir certas facetas dos subalternos, precisamos fazer deles o objeto central, o objeto exclusivo da tarefa de fazer e contar história. Aqui surge uma provocação, que tipo de história interessa aos professores e Universidades de Goiás? Nossas pesquisas e objetos de trabalho são ferramentas que colaborarão para libertação de alguma forma de opressão, seremos instrumentos de denúncia de alguma forma de violência silenciada?

Para Perrot (2005), as mulheres de Goiás foram enquadradas na condição de dominação, obrigadas a aceitar, calar-se, obedecer cegamente ao comando social da opressão machista, contudo, percebe-se a existência de grupos de resistência, que se desviaram das proibições, que preencheram os vazios deixados pela disputa de poder.

Só resistir não basta, a denúncia é condição fundamental para efetivação do projeto de libertação. A resistência pode se dar em um ato isolado, mas o abalo das estruturas de dominação apela para apresentação coletiva, apela para exposição do modelo que ridiculariza e cala os subalternos. Para transformar precisamos combater aquilo que já se naturalizou, que tem um ar de legitimidade coletiva.

Para uma investigação dos espaços de dominação que sofre os grupos minoritários de mulheres, podemos partir das pensadoras e ativistas Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) e Virginia Woolf (1882-1941) em razão de serem precursoras do movimento modernista feminino tanto em suas militâncias quanto em suas obras, como apontou Scott (2008).

Que as mulheres foram historicamente submetidas à dominação masculina é um fato. Todavia cabe ao pensador fazer a (des) construção do conceito seguindo o modelo do filósofo Derrida. Fica que o modelo político da história privilegia o sujeito masculino, o ambiente dos nobres e seus costumes em detrimento do trabalho sobre os operários, a mulher, o negro, prisioneiro, a relação de gênero e os demais subalternizados. Por esta razão, compete à história das mulheres e das relações gênero enfrentar criticamente a política da história existente, e assim começar inevitavelmente a reescrita da história refutando as crenças, imagens e representações que foram fabricadas por agentes imperfeitos, ou seja, por pessoas que poderiam ter realmente se equivocado na interpretação dos fatos, ou o que seria ainda pior, foram mal-intencionados em suas produções e representações.

Quando lemos teóricos como Virginia Woolf, nos deparamos com uma realidade absurda, o ambiente feminino restringia-se ao exercício da maternidade, não tendo a menor chance de acumular riquezas e produzir conhecimento. A tarefa universitária era algo impraticável, pois como seria possível para uma mulher conciliar tarefas intelectuais e econômicas com o cuidado de sua casa e dos filhos. Por outro lado, podemos nos alegrar com a transformação prática que os seus escritos produziram na sociedade europeia e brasileira no século XX e principalmente pelo fato suas críticas à condição desigual das mulheres em relação aos homens terem inspirada a criação de movimentos feministas em todo o mundo.

A nossa historiografia é marcada por uma influência positivista, que relata a história mundial a partir da ótica das grandes potências, onde valorizamos a expansão colonialista dos europeus, dos norte-americanos e dos seus conflitos. Porém, o século XX veio acompanhado de uma nova tendência global, a saber, a fuga feminina dos

ambientes privados e da ocasional mudança nas relações gênero como afirmou o historiador Hobsbawn (1995). Todavia essas mudanças foram encaradas pela história com certo cuidado pelo fato de haverem permanências, tais como a desvalorização, subalternização e a dominação simbólica das mulheres.

Mesmo no mundo pós-guerra, contemplamos entre os norte-americanos e europeus os detentores da maior parte da produção mundial, e, portanto, tidos como exemplo para as demais nações a fabricação de um ideal de mulher a partir de um modelo familiar tradicional, onde o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos são da mulher, esse modelo aposta no instinto materno e não na sexualidade, ao contrário, apela a pureza e resignação feminina.

Apesar de tudo o que fora dito, contemplamos no Brasil a explosão educacional das mulheres nas décadas de 60 e 70, fator que permitiu o surgimento de grupos femininos bastante politizados. Contudo, não podemos esquecer que o movimento feminino denominado de “segunda onda” atingia em seu maior número as mulheres educadas ou da elite, pelo fato de suas discussões e interesses pertencerem essencialmente ao “ambiente de classe média educada”. Somente nos anos 1970 e 1980 teria ocorrido uma mobilização das mulheres que conseguiu se espalhar para outras camadas da sociedade e sensibilizar-se para outras ramificações surgidas no cerne da politização das mulheres.

Que as mulheres do século XX tenham alcançado maior espaço na vida pública não há dúvidas. Todavia não se pode ignorar que estas mudanças foram construídas de forma muito lenta, num século marcado pela opressão e sofrimento, conforme relatou Perrot (2005).

Quando se fala de libertação ideológica pode ocorrer outro equívoco, pois o apelo para a participação política feminina e social não visa apenas uma simples ascensão de classe (feminina), deve-se pensar num resultado maior economicamente, pois resultaria em benefícios para o progresso do Brasil.

Para conclusão dessa reflexão, retomaremos a participação da Arquidiocese de Goiânia nos anos 80, período que marcou a ascensão da organização da Igreja popular, particularmente das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), movimento que contribuiu para o revigoramento dos movimentos sociais tanto dentro como fora da igreja.

Dom Fernando assumiu uma posição clara contra as práticas políticas tradicionais e a favor dos movimentos sociais. Essa posição fez com que a elite política de Goiás se afastasse dele.

Segundo Borges (2011, p. 132), para Dom Fernando, tanto a oposição como o governo concordavam que democracia é “mera luta pela conquista do poder” e, dessa forma, justificavam até mesmo a utilização de medidas ilícitas. Concluiu que o povo era a grande vítima dessa situação e convocou as instituições para “unir esforços no sentido de esclarecer os eleitores” sobre o voto consciente e livre.

O discurso de D. Fernando obteve uma repercussão nacional. Essa postura da Revista da Arquidiocese revela que além da preocupação com a esfera religiosa (construção de uma representação do D. Fernando e da fé católica) era também um instrumento de intervenção política, pois era papel da instituição atuar em defesa das comunidades, conscientizar e restaurar a dignidade do povo.

Em outros discursos ou sermões registrados na Revista de 82 (p. 262), D. Fernando se pronuncia inúmeras vezes sobre as eleições, destacando a idolatria do poder; fez apelos aos partidos para que não se deixassem levar pela ambição do poder pelo simples poder. Aos eleitores ele faz um apelo específico, que o voto possa além de mudar o nome dos que governam, possa mudar também a maneira como governam. Para Dom Fernando e Igreja, pós-conciliar tinha a missão de despertar a consciência do povo sobre as questões sociais.

As iniciativas e atitudes políticas da Arquidiocese se tornaram mais efetivas e sistemáticas, com a criação da equipe do Secretariado Pastoral Arquidiocesano (SPAR), encarregada de preparar material de reflexão sobre “política e eleições”. O objetivo era incentivar a refletir sobre a realidade local que envolvia as eleições, sem perder de vista a formação cristã.

O contexto favoreceu essa busca por mudanças nos paradigmas da Igreja, particularmente o evento do Vaticano II (62-65), a Conferência de Medellín, Colômbia (68) e de Puebla, México (79), que optaram preferencialmente pelas classes desfavorecidas. Assim, D. Fernando trouxe reflexões novas para o mundo goiano, como a educação integral do homem, cívica e política; a necessidade de organização em grupos, desde as comunidades de moradores até associações e sindicatos como forma de enfrentamento.

Pollak (1992), além de ressaltar o aspecto seletivo da memória, identifica pelo menos três fases no processo: a *elaboração da memória*, um valor disputado em

conflitos sociais, se dá muitas vezes por meio da valorização e hierarquização de datas e acontecimentos; o *enquadramento da memória*, forma como a lembrança é registrada para ser consultada no futuro; e o *trabalho da memória*, que consiste na organização, manutenção e continuidade da memória.

Pode-se afirmar que a Revista da Arquidiocese busca eternizar a imagem do bispo pós-68, quando se destacou na defesa dos perseguidos pelo regime militar e dos pobres marginalizados pelas políticas econômicas, assegurando a memória de D. Fernando como “defensor dos direitos humanos, ou seja, defensor da justiça social”. O *trabalho de memória* consistia na manutenção dessa representação e o seu *enquadramento* se dava na forma como todos os eventos do bispo eram registrados nos veículos de comunicação da Arquidiocese, visando atingir a, gerações futuras.

Em suma, quando se seleciona alguns aspectos da vida de líder e retrata-os como sendo o estilo único de sua existência, esse discurso possui caráter ideológico, ou seja, quer vender uma imagem que pode ser ou não a real, ou queira prestigiar uma faceta do objeto em detrimento de outra. A virtude da justiça foi elencada pela literatura da Igreja para tornar-se um ponto fundamental da memória de Dom Fernando.

A construção de um líder “ideal”, comprometido com a defesa do oprimido, reforçada por uma divulgação em massa atingiria toda a Arquidiocese, podendo produzir um sentimento de união na comunidade em torno do seu líder “ideal”.

Aqui surge uma questão, a necessidade de manutenção da memória desse líder. Assim podemos perceber no lançamento do livro, *Sem violência e sem medo* (1982), composto por uma seleção de textos escritos por D. Fernando e publicados pela Revista.

Quando se pensa no slogan: “Sem violência e sem medo”, destaca-se a coragem para o enfrentamento, nesse sentido o bispo quer deixar registrado que sua opção pelos pobres implicou uma mudança da Igreja para acompanhar os novos tempos, particularmente após o Concílio Vaticano II, condenando a opressão do regime militar.

Na ocasião da celebração do jubileu de ouro de Dom Fernando, a Revista da Arquidiocese (1982, p.626), destaca o compromisso da Igreja de Goiânia com a comunhão com os oprimidos. Compromisso esse que sintetiza a linha pastoral adotada por D. Fernando, a qual deveria identificar e edificar a memória do prelado. Para ilustração sua capacidade de envolvimento social, podemos citar a homilia do evento que foi compartilhada, contando com a palavra de um homem do campo, um operário, um estudante, um padre, três arcebispos e um professor universitário (sobrinho de D. Fernando).

No sermão de encerramento, D. Fernando relembra sua trajetória, desde a ordenação em Roma, passando por suas missões pastorais e posteriormente com Arcebispo. Sobre a Arquidiocese de Goiânia, revelou que sua maior consolação foi contemplar tanto o crescimento das comunidades de bases, como atuação da Igreja nas periferias e na zona rural.

Como nossas discussões e angústias são fruto de um contexto histórico, creio que seria difícil para a comunidade de Goiânia, principalmente para membros da Arquidiocese outra percepção além dessa que exalta e reverencia a imagem de D. Fernando como um modelo a ser seguido, mesmo que tenha sido uma construção.

O esquecimento da primeira parte do trabalho pastoral de D. Fernando me parece ser estratégia que visa aniquilar o período mais conservador do Arcebispo, como se pudessem apagar todas as marcas e postura do início do ministério pastoral até os anos 70. Assim poderia destacar seu apoio à formação da CEBs, a organização dos movimentos populares e a defesa dos perseguidos políticos, que são posturas radicais e impactantes na sociedade goianiense.

#### Referências Bibliográficas:

BORGES, Lindsay. **Memória e sacralização de Dom Fernando Gomes dos Santos: O “ARCEBISPO Arcebispo da Providência”**. Tese de Doutorado, UFG – Goiânia, 2011.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **A igreja católica e a evolução de sua compreensão em torno dos direitos humanos**. Anais do Congresso ANPTECRE, v. 5, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DUARTE, T. M. **Se paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985)**. Dissertação de Mestrado, UFG – Goiânia, 1996.

GESTEL. OP. C. Van. **A igreja e a questão social**. Trad. P. Fernando Bastos de Ávila, S. J. Agir. Rio de Janeiro. 1956. (Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais)

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO, P. B. do. **“Goiás que a história guardo”:** **mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960**. Dissertação de Mestrado. UFG – Goiânia, 2014.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. *Género e historia*. Tradução de Consol Vilá I. Boadas. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1958a, p. 40.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. **A homilia**. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 787-789, nov. 1975b.

------. *Concílio Ecumênico Vaticano II: carta pastoral aos diocesanos*. Goiânia: Gráfica Brasil Central, 1962. p. 6.